

DISCURSOS SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM ÉPOCA DE PANDEMIA: “O MAL AVANÇA NAS SOMBRAS”

DISCOURSE ABOUT THE BRAZILIAN AMAZON IN A TIME OF PANDEMIA: “EVIL ADVANCES IN SHADOWS”

Eduardo Alves Rodrigues¹, Cármen Lúcia Hernandes Agustini², Luiza Kátia Castello Branco³

RESUMO: *Inscritos na Análise de Discurso, analisamos, neste artigo, o funcionamento de articulações discursivas que metaforizam o jogo de dissimulação materializado no arquivo de leitura estabelecido sobre a Amazônia Brasileira na época da pandemia do Covid-19, uma vez que essas articulações dissimulam fatos sociais e ideológicos importantes sobre o governo brasileiro e suas condutas significadas socialmente como "(i)legais". Esse jogo dissimula, pelo funcionamento do Aparelho Ideológico de Estado, a (re)produção de "evidências naturais" que configuram sombras nas e pelas quais o mal avança, naturalizando as discursividades que sustentam sentidos de que "o lucro/economia vale mais que a vida/existência".*

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Brasileira; jogo de dissimulação; discurso; ideologia

ABSTRACT: *Taking Discourse Analysis as our theoretical basis, in this article, we analyze the functioning of discursive articulations that metaphorize the dissimulation process materialized in the archive established on the Brazilian Amazon issues at the time of the Covid-19 pandemic, as these articulations dissimulate important social and ideological facts about the Brazilian government and its conduct socially signified as "(il)legal". This dissimulation process disguises, due to the functioning of the State Ideological Apparatus, the (re)production of "natural evidences" that configure shadows in and through which evil advances, naturalizing the discursivities that sustain meanings such as "profit/economy is worth more than life/existence".*

KEYWORDS: Brazilian Amazon; dissimulation; discourse; ideology

Introdução

Vivemos na história recente do país, desde o princípio de janeiro de 2020, uma situação de grave calamidade pública em função de uma pandemia que assola boa parte do planeta, a partir da contaminação pelo coronavírus (SARS-CoV-2). É nessa situação que vem à tona a divulgação de uma gravação da “reunião ministerial”, ocorrida em Brasília em 22 de abril de 2020. Com a divulgação dessa gravação, os discursos que passaram a circular na

¹ Doutor em Linguística pela UNICAMP. Docente da Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP.

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Docente do Instituto de Letras e Linguística da UFU.

³ Doutora em Linguística pela UNICAMP. Docente da UNIVAS.

mídia produziram, entre outros efeitos, o efeito de que essa pandemia é ali significada como oportunidade para o governo cobrir ações ilegais com uma capa de legalidade.

Essa evidência é produzida e parece assentar-se sobre uma das formulações produzidas pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nessa reunião, ao dirigir-se ao Presidente da República, dizendo que

[...] mas tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, pra simplificar. Não precisamos(s) de Congresso, que coisa que precisa de Congresso também nesse fuzuê que tá aí nós não vamo(s) conseguir apoiar, aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só "parecer caneta", "parecer caneta", sem parecer também não tem caneta porque dar canetada sem parecer é cana. Então isso aí vale muito a pena. (Transcrição de gravação audiovisual da Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nfgv7DLdCqA>, acesso em 30 de maio de 2020.)

Essa formulação constrói discursivamente um espaço de dissimulação, no qual a ilegalidade é travestida de legalidade, ou seja, a “canetada” passa a circular como um gesto decorrente de um ato legal, como se fosse autorizado por um ato legal, neste caso, validado por um parecer favorável que viabilizaria a oficialização, por documento presidencial, de interesses específicos e restritos de um grupo.

A construção desse espaço de dissimulação se dá discursivamente porque não é possível ao sujeito falar, significar prescindindo de sua relação constitutiva com a linguagem. A remissão aos dizeres do ministro torna visível que esses dizeres fazem funcionar um modo de significar algo – a canetada – pela (i)legalidade, jogo este que remete, por sua vez, à opacidade, à não transparência constitutiva da linguagem e dos sujeitos. Ou seja, esse sujeito que ali enuncia, assim como qualquer outro, não escapa à sua constituição sócio-histórica e ideológica, o que o compromete com posições politicamente marcadas em detrimento de outras possíveis. Compromete-se, no caso, com a ilegalidade do desmatamento, do gado e do fogo⁴ ilegais, que avançam sobre as Amazônias⁵, sobretudo, a Brasileira... pelas sombras.

“Dar canetada sem parecer é cana”, diz o ministro, com insistência. A partir da formulação “parecer caneta, parecer caneta”, os sentidos evocados são os de que se burlam, assim, as leis de proteção e de preservação dos biomas amazônicos, de que se ameaçam, em território amazônico, populações indígenas e ribeirinhas, os sem terra, os ambientalistas e

⁴ Segundo reportagem da BBC News Brasil em Londres (online), de 18 de fevereiro de 2020, intitulada "Amazônia: o que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?", desmatamento, gado e fogo seriam os três fatores principais que ameaçam a Amazônia brasileira, podendo submetê-la à situação de colapso (cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>).

⁵ Referir Amazônias no plural significa considerar o horizonte geopolítico para onde esse significante aponta, isto é, aqui ele é tomado como metáfora do que é invadido, usurpado, destruído porque (des)regulamentado por medidas cujos responsáveis – o Estado/Governo/Instituições Governamentais – deveriam preservar e proteger e que, paradoxalmente, ao se responsabilizarem não se responsabilizam pela preservação e proteção dos biomas, o que representa uma volta a mais no parafuso da perversidade com consequências fatais para todos os seres vivos que se encontram nesses biomas.

ativistas ambientais, as instituições governamentais responsáveis pela vigilância dessas áreas e povos, os extrativistas etc. Incentivam-se, ao mesmo tempo, desmatamentos e incêndios, grilagem, garimpagem, madeiragem, e o avanço privilegiado da agropecuária, em particular, do agronegócio.

Esse jogo de dissimulação que ganha visibilidade pela fala do citado ministro oferece as condições para que "o mal avance nas sombras", como (d)enunciado por Míriam Leitão em sua coluna n'O Globo, de 10 de maio de 2020, referindo-se aos efeitos de práticas e políticas atribuídas ao governo Bolsonaro.

É esse jogo de dissimulação que procuramos explicitar e compreender neste artigo. Jogo este que funciona de modo a dar vazão a determinadas discursividades que significam a situação – de ameaça e depredação, muitas vezes – em que as Amazônias⁶, sobretudo, a Brasileira, se encontram. Dessa maneira, procuramos restituir ao referido jogo suas condições de leitura. É preciso ler e reler esse jogo obscurecido pelas sombras. E, pela análise, advertir o leitor sobre a impossibilidade de a opacidade se desfazer. E mais... adverti-lo de que, entre outros efeitos, nesse jogo de dissimulação, o "fazer parecer" faz parecer que "o lucro vale mais que a vida"⁷.

O jogo de dissimulação: “o horripelmente humano”

Eles se batem por sombras

Na obra *A República* (376 a.C.), Platão recorre à metáfora da Caverna para induzir à consciência do homem princípios – a verdade – que, uma vez aplicados à sua vida e à prática social, atestariam o estado de integridade do homem, que seria decorrente da contemplação verdadeira do belo, do justo e do bem, como condição necessária que o instrumentalizaria a legislar e governar uma sociedade. Ou seja, na perspectiva d'*A República*, para relacionar-se com o outro, de forma comprometida, esse estado de integridade mostra-se fundamental.

⁶ Vale ressaltar que, do ponto de vista da extensão territorial ocupada pela Floresta Amazônica, bioma com a maior diversidade do mundo, as Amazônias compreendem, além de cerca de 61% do território brasileiro, áreas significativas de outras 8 nações sul-americanas, quais sejam, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. A discussão e as análises neste artigo voltam-se para nuances da configuração da Amazônia Brasileira, que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e uma parte do estado do Maranhão.

⁷ Essa é uma paráfrase de um dizer que funda o capitalismo neoliberal, e que se atualiza hoje na fala do Governo Bolsonaro porque este governo advoga em favor de políticas de liberalização econômica extensas (como as privatizações, abrandamento fiscal, desregulamentação, livre comércio etc.), e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia. As críticas a esse modo como o sistema capitalista se materializa em sua versão neoliberal no Brasil e no mundo concluem que o programa neoliberal busca, de modo global, favorecer a ruptura entre a economia e as realidades sociais e destruir metodicamente o coletivo. Assim, é possível compreender a paráfrase em questão produzindo sentidos para o homem público atual – esse que existe num estado de não integridade – como aquele que pensa economia como paráfrase de lucro, que considera em primeiro lugar a preservação da economia. E, em tempos de pandemia, a disputa por sentidos é encenada pelo homem público na mídia como se fosse um jogo: a vida ou a economia?

Somente o homem íntegro seria capaz de olhar para o outro, pensando o que ele poderia dar a este outro para a sociedade atingir o estado da beleza, da justiça e do bem.

No estado de integridade, o homem não suporta ser sozinho. Uma vez que ele tem a oportunidade de sair das sombras e contemplar a luz do sol, ele se sente impelido a retornar às sombras, a fim de retirar de lá os homens que ainda nela vivem, tentando alçá-los ao mundo inteligível: o mundo das ideias claras, não dissimuladas, diríamos nós, supostamente claras, supostamente não dissimuladas. No exercício de sua integridade, a dimensão do outro é inalienável. Como um homem íntegro, deseja governar para homens íntegros. Assim, o outro é fundamental à sua vida, porque lhe dá a percepção, inclusive, da dimensão mediadora do simbólico. É, portanto, pelo outro, na relação com esse outro mediada pelo simbólico, que ele se vê e se reconhece como um elo da sociedade.

A releitura da fala do ministro, supracitada na introdução, a partir da metáfora da Caverna de Platão, permite compreender que funciona em seu dizer um processo discursivo que (re)produz sentidos contrários à concepção do estado de homem íntegro, fazendo significar ali “o homem não íntegro” como evidência. O homem não íntegro seria incapaz de olhar para o outro, ou seja, ele seria incapaz de fazer o jogo de colocar-se como se fosse o outro como condição necessária para que ele se significasse como ser.

O pensamento platônico remete essa discussão aos dias atuais, quando parece predominante, especialmente entre os homens públicos em geral, o estado de não integridade, que, por sua vez, encontra os princípios neoliberais. O neoliberalismo não prega o princípio da integridade; ao contrário, a falta de tal princípio corrobora a dominância de discursos que significam o lucro como princípio fundamental. Assim, é possível compreender como a formulação “o lucro vale mais que a vida” ganha um lugar de evidência e de hegemonia, de transparência e de dominância, nos gestos do homem público atual.

Compreender a produção desse efeito na historicidade, torna visível que alcançar o estado de integridade é uma tarefa árdua e trabalhosa, uma vez que é preciso despojar-se, por um lado, da hierarquia em relação ao outro, e, por outro lado, da hierarquia das necessidades impostas pelo capitalismo, e assumir compromisso com a *res publica*. Isto que se torna visível é visível porque a leitura é feita de/na história, ou seja, é uma leitura que remete um sentido a outro, um discurso a outro. Considerar o lugar do outro tanto quanto o seu próprio lugar, despojar-se dessas hierarquias é tão radical que ninguém jamais o realizou, ainda que homens já o tenham ousado realizar e outros que ainda tentem realizá-lo.

Em sua maiêutica com Glauco, Platão, a partir da personagem Sócrates, adverte que os governantes atuais, por não se despojarem das hierarquias e disputarem autoridade como um bem maior, debatem-se por sombras, conforme é possível ler em suas próprias palavras.

Assim, o governo desta cidade [deste país], que é a vossa e a nossa, será uma realidade, e não apenas um sonho, como o das cidades atuais [o dos países atuais], onde os chefes se batem por sombras e disputam a autoridade, que consideram um grande bem. A verdade é esta: a cidade [o país] onde os que devem mandar são os menos apressados na busca do poder é a [o] mais bem governada[o] e a [o] menos sujeita[o] à sedição, e aquela[e] onde os chefes revelam disposições contrárias está ela [ele] mesma[o] numa situação contrária. (PLATÃO, 1997, p. 231-232)

Os princípios neoliberais que dominam a cena política atual dão a ver a disputa acirrada e urgente por autoridade e poder, de modo que o governo apressa-se em expedir medidas que vão na direção de interesses contrários aos princípios do belo, do justo e do bem, nos termos de Platão, requeridos para um governo que se estabeleça em prol da sociedade. Assim, a mídia, nacional e internacional, divulga e faz circular, com efeitos de denúncia, as medidas governamentais que pressionam, ameaçam e assolam a Amazônia Brasileira, não importando as consequências que podem levá-la a desaparecer do mapa, como sugerido em uma das imagens que compõem a matéria "Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?" (BBC News Brasil em Londres, 2020).

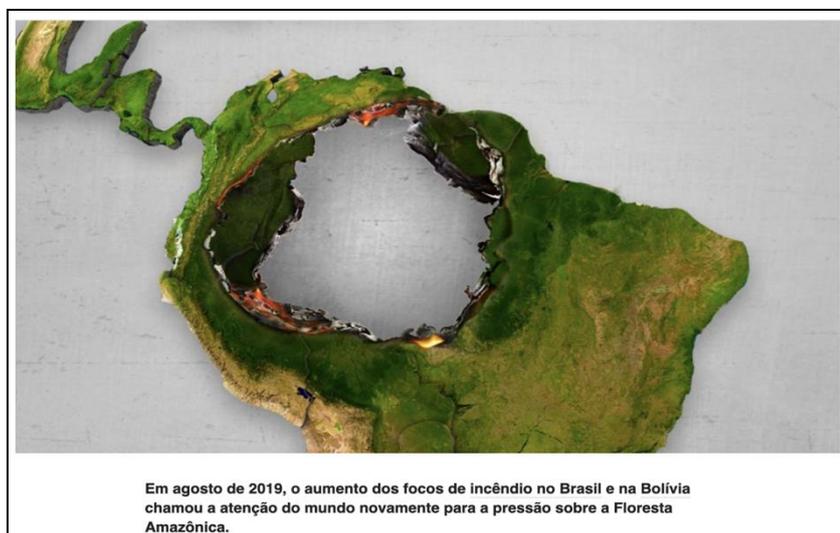


Figura 1. Composição visual que integra o corpo da reportagem "Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?", de Camilla Costa, publicada pela BBC News Brasil em Londres. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>; acesso em 30 de maio de 2020.

A imagem expõe uma interpretação para o estado "imminente" – de "plena" destruição – que anteciparia os efeitos decorrentes da pressão "autorizada" sobre a Amazônia por medidas alinhadas à perspectiva neoliberal, ou seja, discursividades decorrentes de um estado histórico

de ignorância, efeito de uma “cegueira necessária” que articula o pré-construído de que "o lucro se sobrepõe à vida". Esse funcionamento é descrito por Pêcheux (1995, p. 73) na afirmação de que a "ignorância é muito diferente de um vazio inicial do pensamento, ela é, ao contrário, o 'pleno' ideológico pelo qual o impensado é dissimulado pelo pensado no próprio pensamento". Assim, a montagem imagética expõe o efeito, na formulação, do 'pleno' ideológico possível, de natureza imaginária, que significa – administra como se dá – a usurpação da natureza pelo poder.

O jogo de dissimulação exposto ao olhar leitor até aqui desdobra-se no jogo entre homem (não) íntegro e homem (des)humano, como será detalhado adiante.

Eichmann era um monstro

Arendt (1999, p. 299), em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, ao relatar o julgamento de Adolf Eichmann⁸, diz que:

Hausner⁹ queria julgar o monstro mais anormal que o mundo já vira e, ao mesmo tempo, julgar nele “muitos outros como ele”, até mesmo “todo o movimento nazista e o anti-semitismo em geral”. Eles sabiam, é claro, que teria sido realmente muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro [...]. O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.

O gesto de leitura de Arendt sobre o julgamento de Eichmann destaca o jogo equívoco em funcionamento no encadeamento significativo cuja forma material é "monstro-normal". Tomada em sua paráfrase possível – "monstruosidade-normalidade" – torna visível relações de sentido nas e pelas quais pode-se compreender que a monstruosidade acoberta, obscurece a normalidade, e anormalidade, por sua vez, acoberta, obscurece a monstruosidade. Esse encadeamento significativo "monstruosidade-normalidade" parafraseia outro jogo equívoco que se faz presente porque inscrito em outras articulações discursivas no interdiscurso, e que retorna sobre esse jogo no e pelo desdobramento da memória que o evoca (PÊCHEUX, 1999). Trata-se do jogo equívoco cuja forma material é "desumanização-humanização". É por esse

⁸ Tenente-coronel da Alemanha nazista, condenado como um dos principais organizadores do holocausto, que cumpria ordens do General Reinhardt Heydrich na gerência da logística das deportações dos judeus para os guetos e campos de extermínio das zonas ocupadas pelos alemães no Leste Europeu, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1960, foi capturado na Argentina pelo Mossad, serviço secreto de Israel. Após o julgamento em Jerusalém, foi considerado culpado por crimes de guerra e enforcado em 31 de maio de 1962.

⁹ Gideon Hausner foi o Procurador-Geral que presidiu a acusação durante o julgamento de Adolf Eichmann que começou em 11 de abril de 1961, durou um ano e terminou com sua condenação à morte.

modo de constituir-se, esburacada, perfurada, pela repetição vertical dos sentidos, que a memória permite a leitura metafórica e equívoca segundo a qual o "humano se desumaniza" e, ao mesmo tempo, o "desumano se humaniza". Fica visível assim, como descreve Pêcheux, que "sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva" (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Vale destacar que, na rede conceitual da Teoria do Discurso estabelecida por Michel Pêcheux (1995), interdiscurso é definido como "'todo complexo com dominante' das formações discursivas" (p. 162); estas, por sua vez, são "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*" (p. 160). A partir desse esclarecimento, o interdiscurso configura-se como a região irrepresentável e ininterpretável das articulações discursivas, a partir da qual sentidos e dizeres ganham matéria – corpo (ORLANDI, 2001) – quando se realizam nos sujeitos.

Uma articulação discursiva que direciona sentidos para o jogo descrito acima aparece, materialmente, em Arendt (1999) quando ela interpreta a natureza de governos burocratas, tecnocratas e/ou totalitários nos quais os homens são transformados em funcionários e meras engrenagens, o que os desumaniza e os indistingue. Essa interpretação permite reler a metáfora da Caverna, de modo a compreender como a integridade necessária ao homem, inclusive àquele que governa, é transformada na vigência de governos com tal tendência. Essa integridade desliza para não integridade, de modo que o homem se depara com uma realidade paradoxal: poder ser íntegro e, ao mesmo tempo, poder não o ser. Do ponto de vista discursivo, vale a advertência: não há monstro, não há normal, não há humano, não há desumano que não sejam efeitos.

O jogo de dissimulação descrito ganha corpo na materialidade discursiva de notícias (nacionais e internacionais) sobre a Amazônia Brasileira recorrentemente publicadas em diversas mídias, dentre as quais recortamos as seguintes reportagens.

Em meio à pandemia, Bolsonaro acelera medidas para beneficiar desmatador, armamentista e evangélicos	Amazônia vive pandemia de destruição com Covid-19 e ofensiva de Bolsonaro	Governo Bolsonaro terá de se explicar na ONU por sua resposta à pandemia
Entre abril e maio presidente assina portaria que relaxa fiscalização [...]. Governo exonera servidores do Ibama.	Série de medidas do governo ataca meio ambiente e põe em risco povos indígenas, dizem autores.	O governo brasileiro não tem o direito de usar a covid-19 como uma cortina de fumaça para ampliar o desmatamento.
El País	Folha de São Paulo	UOL, Coluna Jamil Chade

São Paulo, 11/05/2020 08h42	Ilustríssima, 20/05/2020 12h00	25/05/2020 04h00
		
Foto 1. Agente do Ibama em um garimpo ilegal queimado nas margens do rio Uraricoera, em Roraima. Bruno Kelly/Reuters.	Foto 2. 10 de agosto - Fazendeiros do Pará declaram 'Dia do Fogo' e focos de incêndio disparam no estado. A cidade de Altamira teve aumento de 743% (Foto tirada em 30/08/2019). Nacho Doce/Reuters.	Foto 3. Presidente Jair Bolsonaro e ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante cerimônia em Brasília.

Quadro 1. Fragmentos de reportagens que compõem o arquivo estabelecido para a análise aqui realizada.

Esse conjunto de reportagens integra um arquivo que mapeia/escuta sentidos que significam, em várias direções, o estatuto da Floresta Amazônica na relação com o território geopolítico brasileiro. As reportagens dão visibilidade à circulação desses sentidos em direcionamentos específicos, já afetados pelos sentidos da pandemia Covid-19. E dão a ver como esse jogo de dissimulação produz efeitos a partir do modo como o significante "medida" – forma material que significa nas três reportagens – inscreve-se no interdiscurso.

O jogo de dissimulação ganha corpo no encadeamento indiciado por significantes linguísticos e por imagens que compõem a montagem discursiva das matérias jornalísticas. No fio discursivo, significantes se relacionam materializando uma rede de sentidos na qual a dissimulação e o paradoxo são inscritos e se atravessam.

Uma das formas materiais que produz equívoco é o significante 'medida'. Sobre esse significante retorna a historicidade do estatuto da dissimulação, que evoca sentidos de (i)legalidade, (a)normalidade, (des)humanidade, (des)regulamentação, (não)banalidade, (não)monstruosidade. Dessa maneira, o significante 'medida' configura-se como espaço material equívoco em que a dissimulação ganha corpo e curso, pois, de um lado, significa falta, e, de outro lado, excesso. De um lado, as medidas regulamentam, e, de outro lado, desregulamentam o que estava regulamentado, por exemplo.

Pelo lado do excesso, as medidas sobram e assombam nas e pelas sombras. Nas sombras, autoriza-se a (re)produção incessante de medidas, pela urgência em (des)regular a destruição. Mede-se o que já havia sido medido, isto é, cria-se na (a)normalidade a medida da medida.

Outro indício desse excesso se marca na distribuição parafrástica do significante 'medida', que, nas reportagens do arquivo, aparece reescrito por meio da seguinte variação:

política(s), portaria(s), lei(s), ato(s) administrativo(s), instrução(ões) normativa(s), decreto(s) etc. Esse excesso parafrástico, que circula pelo modo como as mídias a formulam, (re)atualiza, a cada enunciação, o funcionamento equívoco no modo como 'medida' significa. E significa na com-fusão e na indistinção, obscurecendo, suspendendo a evidência tanto da necessidade da medida quanto daquilo que (não) requer nova (des)regulamentação. Decorre desse jogo de dissimulação a produção do efeito de aparente igualdade e de aparente justiça.

Pelo lado da falta, concomitantemente, as medidas falham... nas sombras. Isto porque não há medida(s) que possa(m) dar conta do que falta ao social, pois as demandas e as necessidades não cessam de se produzir no e pelo sistema capitalista neoliberal. Além disso, essa falta se constitui imaginariamente: é preciso fazer parecer que algo – como a (des)regulamentação – falta. Por último, consideram-se modos pelos quais se percebem possíveis efeitos decorrentes da falta e da falha do Estado como articulador simbólico (ORLANDI, 2010). Nesse estado de falta e falha, o Estado se exime, em alguma medida, de suas responsabilidades sociais. Ele falta porque exerce a impossibilidade de tudo dizer, de tudo regulamentar, de legislar sobre tudo. E, no campo de disputa de forças, o Estado se ausenta, transferindo responsabilidades que lhe seriam próprias a terceiros, o que inclui assumir interesses alheios. Esse cenário se inscreve na historicidade determinante das formas possíveis pelas quais o Estado é instrumentalizado.

Nas reportagens referidas acima, o excesso e a falta se materializam, por exemplo, através do seguinte efeito de articulação discursiva: se a demanda é relativa à Floresta Amazônica Brasileira, as medidas podem transformá-la (des)regulamentando o desmatamento. Isso ocorre quando o desmatamento regulamentado de certas áreas é, por decreto, desregulamentado, permitindo a ampliação da área (a ser) desmatada. Além disso, outros novos e sucessivos decretos beneficiam o desmatador, a aceleração de assinatura de portarias, o perdão de dívidas, a exoneração de servidores fiscalizadores, o relaxamento da fiscalização (*cf.* reportagem do *El País*), o extermínio dos povos indígenas (*cf.* reportagem da Folha de S. Paulo), e a ampliação de forma acelerada do desmatamento e da destruição (*cf.* reportagem do UOL).

As medidas alcançam, acobertam e dissimulam o próprio alcance e atingem, além do que já foi apontado, a legalização da posse ilegal de propriedades de preservação e a instalação nessas áreas de propriedades e atividades rurais vinculadas ao agronegócio. Nas reportagens, o jogo de dissimulação que 'avança nas sombras' é referido, de algum modo, pela metáfora da "cortina de fumaça". Essa imagem pode projetar, no movimento – horizonte – da

significação no qual se inscreve o processo discursivo aqui explicitado, uma relação paradoxal... nas sombras.

Essa relação paradoxal, que funciona no e pelo jogo de dissimulação, não assegura "uma referência, exceto pela força das ilusões que se apoderam de cada sujeito sob a forma do consenso, do conformismo" (PÊCHEUX, 1995, p. 129). No caso específico das reportagens, a ilusão – o consenso, o conformismo – vem sob duas formas: uma, sob a forma do assombramento e do terror provocados pela Covid-19, alçada à problema internacional, ofusca a divulgação de medidas governamentais significadas como "banalidades", mas que são tão assombrosas e aterrorizantes quanto; e outra sob a forma da metaforização da ocultação e do escárnio – "*dupla face de um mesmo erro central*, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *ideias*, e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas *'constituem os indivíduos em sujeitos'* para retomar a expressão de L. Althusser" (PÊCHEUX, 1995, p. 129).

No arquivo estabelecido para esta experimentação conceitual em Análise de Discurso, as metáforas de ocultação e escárnio ganham materialidade em formulações como "relaxa a fiscalização", "reformas infralegais de desregulamentação, simplificação", "tudo que a gente faz para simplificar é pau no judiciário no dia seguinte", "ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas de IPHAN [...]", "é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação de regulatório que nós precisamos", "[o ministro Ricardo Salles] agora, trabalha em silêncio", "o que dá certo no Brasil é ser ilegal e esperar pela anistia", "a FUNAI foi aparelhada com nomeação de pessoas totalmente estrangeiras à causa indígena", "Ari tinha como foco do seu trabalho denunciar a extração ilegal de madeira, ou seja, ele protegia o patrimônio público. Seu corpo foi encontrado na beira da estrada, com sinais de que havia sido arrastado depois de morto"¹⁰.

São essas metáforas que parecem orientar a Agenda do Governo Brasileiro, o que a restringe a cuidar quase que exclusivamente dos interesses neoliberais que determinam e são determinados por um modelo de desenvolvimento predatório. Em outras palavras, "lucro em detrimento da vida". Agenda aquela que pode ser interpretada como "Agenda do Mal" conduzida por um "Gabinete do Ódio"¹¹, que banaliza terrivelmente os assuntos cotidianos mais ou menos urgentes.

¹⁰ Essas formulações compõem a fala do Ministro Ricardo Salles, na já referida reunião ministerial, e o texto já citado da coluna de Míriam Leitão n'O Globo.

¹¹ Conforme se lê na reportagem "Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio", publicada no Congresso em foco/UOL, de 28 de maio de 2020.

É dessa maneira que a supracitada metáfora da "cortina de fumaça" seleciona o campo do visível, acobertando e obscurecendo as desigualdades já acentuadas no Brasil. E, ao mesmo tempo, coloca nesse campo do visível o modo como 'desigualdades' é inscrito na discursividade da normalidade. 'Desigualdades', dessa forma, é significado como aquilo que não requer medida porque não precisa ser reconfigurado. Esses sentidos circulam no campo do conformismo, no qual 'desigualdades' significa inscrito na memória de normalidade, naturalizada como uma evidência capitalista neoliberal supostamente inquestionável, porque a existência da desigualdade é constitutiva do sistema capitalista neoliberal. A desigualdade não pode ter medida para não ficar visível e, quando ela se torna visível, recai sobre a individuação como um processo de

'imposição/dissimulação' que [constitui] o sujeito, 'situando-o' (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito 'funcione por si mesmo', segundo a expressão de L. Althusser [...]. (PÊCHEUX, 1995, p. 133)

Isso tudo diz respeito ao modo como essas reportagens (d)enunciam a situação da Amazônia Brasileira sob os efeitos dessa com-fusão provocada/evocada pelo jogo de dissimulação que instaura discursividades em disputa em um espaço de forte litígio. Como pontua uma das matérias do arquivo, a "Amazônia vive pandemia de destruição com Covid-19 e ofensiva de Bolsonaro", fazendo significar que ela é atacada em todos os seus espaços e conjunturas.

O jogo de dissimulação também ganha materialidade pelos contornos das imagens e fotografias que constituem o arquivo estabelecido para esta análise. Nas imagens que compõem as reportagens aqui referidas, a foto da terceira reportagem (foto 3), na relação com as demais fotos e textualidades do arquivo, flagra algo que poderia ser reconhecido como um encontro celebrado com sorrisos aparentemente expressivos de cumplicidade, vitória e satisfação, por um lado, e um sorriso e uma satisfação que banalizam o mal e que manifestam a metáfora do escárnio, por outro. Dessa maneira, a foto 3 significa no campo da normalidade e da invisibilidade o garimpo ilegal, as áreas de floresta devastadas por incêndio criminalmente provocados por fazendeiros etc.

Nesse jogo de fotografias, ao mesmo tempo em que fica (d)enunciado o que ameaça a Amazônia Brasileira, ganha visibilidade a trama de discursividades que funciona sustentando o jogo de dissimulação – a "cortina de fumaça" – que acoberta e obscurece as políticas ambientais que promovem a destruição e a depredação que a assolam.

É dessa forma que podemos ler a textualidade do arquivo a partir das discursividades que ali (d)enunciam o funcionamento de um processo discursivo que produz, entre outros efeitos, o efeito de banalização do mal. E é sob esses efeitos que a Amazônia Brasileira sofre e busca sobreviver.

A exploração-simulação não é somente teórica

Por considerar a língua como base material de funcionamento dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1995), e por considerar com Gadet e Pêcheux (2011, p. 102) que "as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas"¹², pode-se compreender que o que regula o processo morfossintático da língua é da ordem do discurso, o que demanda, assim, também, um saber alhures, "fora da gramática", que funcione nesse processo de produção de sentido para articular os conjugados – (des)humanização – e justapostos – (não)monstruosidade – como se fossem juntivos e seriados, sem considerar seu funcionamento discursivo assimétrico. Ou seja, a sequenciação morfossintática de um significante nessa necessária horizontalidade – um morfema após outro em relação (de coordenação) – é efeito de linearidade e de literalidade buscando silenciar as dobraduras do dizer (AGUSTINI, 2007). Segundo Léon e Pêcheux, as ligações horizontais e paráfrases sintáticas entre constituintes/proposições e significantes guardam traços do fio discursivo e permitem aproximar estruturas que, de acordo com eles, "ultrapassam a problemática estritamente linguística, para abordar questões de ordem discursiva" (LÉON; PÊCHEUX, 2011, p. 169).

Para dar visibilidade ao jogo de dissimulação e seu funcionamento, observa-se que a questão do mecanismo da formação de palavras, ou seja, o jogo morfossintático, a partir dos significantes que se mostraram como marcas no arquivo de leitura – com seus morfemas prefixais {des-; a-; i-; re- ...} em justaposição aos morfemas lexicais {-legal; -regulação; *-matamento; -normalidade ...} –, dá visibilidade ao funcionamento discursivo de formas materiais e de sentidos que produzem as articulações discursivas entre o ser/parecer/fazer parecer, a falta/excesso de medidas, dentre outras, apontando para a relação dissimétrica e paradoxal sobre o modo de (não)usurpação/(não)preservação da natureza pelo poder.

Por se mostrarem regulares na leitura do arquivo, tais significantes têm sido trazidos na análise porque instauram sentidos que paradoxalmente se excluiriam, mas que, na

¹² Em função do processo de historicização a que a língua está submetida, esses jogos e latitudes afetam a significação das outras formas da linguagem, transformando os gestos de leitura possíveis de serem realizados sobre elas. No caso específico deste artigo, as imagens e as fotos provocam/evocam/dissipam efeitos de sentido, abrindo a significação ao jogo de dissimulação.

dimensão discursiva, se historicizam na e pela *relação a*. Ou seja, evocam/dissipam outros sentidos. Há nesse processo morfossintático, então, algo que pode funcionar como "natureza ambígua dessa 'evocação', que pode ser uma evocação simulada, que [instaura um sentido de evidência], introduz, sub-repticiamente, um novo 'pensamento'" (PÊCHEUX, 1995, p. 111).

É desse modo que se produzem, no processo discursivo aqui exposto, as "evidências naturais", com as quais sujeitos, instituições e práticas encontram-se mais ou menos comprometidos, isto é, expondo suas filiações ideológicas; em outras palavras, aquilo que os identifica e os significa na historicidade que os submete a determinadas condições materiais – reais – de existência. Contudo, o modo como essa identificação ideológica se dá é, por definição, assimétrico, descontínuo, não coeso, não horizontal, não sabido. Ou seja, não se produz necessariamente da mesma forma para cada sujeito, para cada instituição, em cada prática.

Isso que é próprio à estrutura-funcionamento do discurso instaura para sujeitos e sentidos a dimensão da alteridade e do possível, na relação com aquilo que se mantém como irrepresentável. É nesse movimento que o jogo de dissimulação encontra suas condições de produção e funciona mexendo com a aparente fixidez das "evidências naturais".

Com efeito, esse jogo de (dis)simulação implica uma relação de exploração das condições de interpretação para o sujeito, determinada pela luta de forças e das relações de dominância (econômica) e hierarquia (econômica) dela decorrentes. Isto porque tal jogo se desdobra numa conjuntura específica que, na atualidade, é conformada sobre "evidências naturais" produzidas pela discursividade capitalista neoliberal que, ao funcionar, historiciza e naturaliza o modelo capitalista neoliberal como único modo (possível) de produção dominante. É nessa conjuntura que se produz certa instabilidade – porque há resistência e há dominação – sobre o jogo de forças, sobre a luta de classes. É nessa conjuntura, portanto, que se produz (pre)dominância de medidas que abrandam a fiscalização em detrimento de medidas que restringem o desmatamento, por exemplo.

Um modo dominante nessa política – jogo – de dissimulação pode ser lido no arquivo, a partir da metáfora da 'simplificação'. Para tanto, consideram-se outros recortes estabelecidos sobre a fala do ministro do meio ambiente durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020: "tudo que a gente faz para *simplificar* é pau no judiciário no dia seguinte", "ir passando a boiada e mudando todo o regramento e *simplificando* normas de IPHAN [...]", "é hora de unir esforços para dar de baciada a *simplificação* de regulatório que nós precisamos".

Nesse conjunto de dizeres enunciados pelo ministro, é possível destacar "simplificar", "simplificando" e "simplificação" como um grupo de significantes que se repete. Essa

metáfora da 'simplificação' para se referir ao modo de proceder do homem público em relação a *res publica* é inscrita nesse jogo de dissimulação para designar não respeitar a lei, burlá-la, trapaceá-la; para designar a destruição/desregulamentação a ser produzida, através de (des)medidas, pelo próprio Estado/Governo/Instituições Governamentais, ou seja, os responsáveis pela preservação e, ao mesmo tempo, (não)responsáveis. É possível compreender aqui a metáfora da 'simplificação' como metáfora teórica, que faz deslizar do complexo para o simples, para o banal, metáfora que instaura um estado de coisas (i)legais que avançam nas e pelas sombras; uma metáfora teórica para aquilo que não requer, portanto, visibilidade; metáfora que significa a vida no bioma amazônico brasileiro como não necessária, dispensável: uma volta a mais no parafuso da perversidade com consequências fatais para todos os seres vivos que se encontram naquele espaço ("a economia/o lucro primeiro, a vida/ a existência depois").

É, ainda, Pêcheux (1995, p. 73), que advertirá o leitor em relação ao modo como o que parece o 'vazio' do pensamento é já o "'pleno' ideológico pelo qual o impensado é dissimulado pelo pensado no próprio pensamento", ou seja, como aquilo que funciona pela dissimulação – pela oposição, pelo paradoxal, pelo assimétrico, pelo descontínuo, pela indistinção, pela dissipação, pela contradição – já é efeito do assujeitamento ideológico (re)produzindo “evidências naturais”. Ele diz:

com relação à forma dessa contradição, vamos especificar que ela não poderia, levando-se em conta o que acabamos de dizer, ser pensada como a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra em um mesmo espaço. A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é simétrica, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que a outra: se estamos precisando desse ponto, é porque numerosas concepções da luta ideológica tomam como uma evidência anterior à luta [...] a existência da sociedade (com "o Estado" acima dela) como espaço, como terreno dessa luta. Isso ocorre porque, como diz E. Balibar, a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como "evidências naturais". (PÊCHEUX, 1995, p. 147-148)

Nessa direção, a leitura do funcionamento da metáfora da 'simplificação' faz compreender que a *res publica*, isto é, a república significada como "organização política de um Estado com vista a servir à coisa pública, ao interesse comum" (FERREIRA, 1999), (não) é implicada nesse gesto de 'simplificação', ficando dissimulado que se cuida, gere-se o interesse comum. Nesse lugar, o interesse comum é substituído pelo interesse de (uma) classe específico(a), dissimulando o funcionamento do aparelho de Estado, em que a governança da 'coisa comum' desliza para a des-governança.

Considerações Finais

A reflexão e as análises realizadas de discursividades sobre a Amazônia Brasileira, a partir do arquivo de leitura estabelecido, expôs o processo discursivo que as determina às discursividades sobre a pandemia do coronavírus. Foi possível mostrar que esse processo se realiza por meio de um jogo incessante de dissimulação(ões) cujo ritmo expõe o olhar leitor ao fundamento de "que há sempre a falta do dizer/no dizer, que há a perda da qual não se escapa, o que torna possível continuar pensando a relação de tensão entre o dizer e o desvio, entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre a repetição e a transformação, entre o que se rende e o que resiste" (BRANCO, 2019, p. 196).

A análise permite advertir o leitor de que não é possível lidar com a interpretação em um regime no qual a ideologia é compreendida como (uma) ideia. Ao contrário, a interpretação exige-lhe olhar a ideologia como estrutura-funcionamento cujo mecanismo é o de dissimular a não naturalidade, a não evidência, a não transparência do sentido e a resistência como possibilidade. Pela prática ideológica interferindo no modo de interpretar e de ver, o mal avança nas sombras, pelas sombras... É justamente porque há ideologia que se deve insistir, nós também, na "arte de levar aos extremos as questões imperdoáveis" (PÊCHEUX, 1995, p. 297) e, assim, ousar dizer.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 303-312.
- ALESSI, G. Em meio à pandemia, Bolsonaro acelera medidas para beneficiar desmatador, armamentista e evangélicos. *El País*, São Paulo, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-11/em-meio-a-pandemia-bolsonaro-acelera-medidas-para-beneficiar-desmatador-armamentista-e-evangelicos.html>>; acesso em 30 de maio de 2020.
- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. Bras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BBC NEWS BRASIL em Londres (online). Amazônia: o que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países? [por Camilla Costa], 18/02/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>>; acesso em 30 de maio de 2020.
- BRANCO, L.C. "Tecnologia e inovação": do funcionamento da coordenação. In: BRANCO, L.C.; MARIANI, B.; DIAS, J.P. (Orgs.). *Do brasileiro hoje: linguagem, sociedade e suas manifestações*. Niterói: Eduff, 2019. p. 179-202.

CHADE, J. Governo Bolsonaro terá de se explicar na ONU por sua resposta à pandemia. *UOL*, Coluna Jamil Chade, São Paulo, 25 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/25/pandemia-nao-e-cortina-de-fumaca-para-desmatamento-denuncia-relator-da-onu.htm>>; acesso 30 maio de 2020.

COLÓN, M. *et. al.* E. Amazônia vive pandemia de destruição com Covid-19 e ofensiva de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, 20/05/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/amazonia-vive-pandemia-de-destruicao-com-covid-19-e-ofensiva-de-bolsonaro.shtml?origin=uol>>; acesso 30/05/2020.

FERREIRA, A.B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. A língua inatingível. In: ORLANDI, E. *Análise do Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos*. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1991]. p. 93-106.

LEITÃO, M. O mal avança nas sombras. *O Globo*. 10 de mai de 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-mal-avanca-nas-sombras.html>>; acesso em 30 de maio de 2020.

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: ORLANDI, E. *Análise do Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011 [1982]. p. 163-173.

ORLANDI, E. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: RG, 2010. p. 11-42.

ORLANDI, E.P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* (Orgs.). *Papel da memória*. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PLATÃO. *A República*. Trad. Bras. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SAID, F. Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio, São Paulo, *Congresso em foco/UOL*, de 28 de maio de 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>>; acesso 30 de maio de 2020.

TRANSCRIÇÃO de parte da gravação audiovisual da Reunião Ministerial de 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfgv7DLdCqA>>; acesso em 30 de maio de 2020.

Recebido em 01/06/2020. Aceito em 26/06/2020.